

**PExt no HABEAS CORPUS Nº 569.019 - RJ (2020/0075275-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**REQUERENTE** : **CLEVERSON FRANÇA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO** : **PEDRO MIGUEL GOMES DA CRUZ JUNIOR - RJ179109**  
**REQUERIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**INTERES.** : **VITOR HUGO MARTINS DE OLIVEIRA NABUCO DE FIGUEIREDO (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **WILLIAN AUGUSTO BRAND PINHEIRO - RJ209351**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **DECISÃO**

Trata-se de pedido de extensão em favor de CLEVERSON FRANÇA DOS SANTOS em que alega estar em mesma situação fático-processual do paciente original do *writ*, motivo pelo qual pleiteia a extensão dos efeitos da liminar deferida às e-STJ fls. 78/79 (e-STJ fl. 96).

É o relatório.

#### **Decido.**

Como é cediço, o deferimento do pedido de extensão exige que o corréu esteja na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado, a teor do art. 580 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

*PEDIDO DE EXTENSÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENORES. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. DELONGA NÃO JUSTIFICADA. APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPP. PEDIDO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. A extensão dos efeitos de uma decisão aos corréus depende da demonstração da identidade de situação fático-processual entre o beneficiado e os demais.*

*2. O acórdão proferido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça reconheceu o excesso de prazo para o encerramento do feito, pois o recorrente havia sido preso cautelarmente em 24/9/2013, sem a prolação de sentença até o momento.*

*3. Somente o corréu Ulisses Henrique Barbosa Giotti está em situação idêntica à do recorrente, uma vez que, segundo as informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau, os demais requerentes estão foragidos.*

*4. Embora a defesa dos réus Rosivaldo Fernandes Rocha e Paulo Sérgio da Silva afirme que eles estão presos e à disposição do Juízo*

*singular, para afastar a informação do Juízo de primeira instância, seria necessário ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus e, por conseguinte, com a análise de pedido de extensão.*

*5. Pedido de extensão provido em parte, nos termos do voto do relator. (PExt no RHC 57.866/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 23/02/2017.)*

*PEDIDO DE EXTENSÃO EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. REQUERENTE QUE, DIVERSAMENTE DO BENEFICIÁRIO DO PROVIMENTO RECURSAL, REGISTRA CONDENAÇÃO DEFINITIVA POR CRIME DE ROUBO. RISCO DE REITERAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA JUSTIFICADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE DA SITUAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL A JUSTIFICA A EXTENSÃO. PEDIDO INDEFERIDO.*

*1. A teor do art. 580 do Código de Processo Penal, o deferimento do pedido de extensão exige que o corréu esteja na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado, o que não ocorre na espécie. Isso porque, em relação ao ora requerente, a prisão preventiva baseia-se também no fato de o acusado ser reincidente, com uma condenação definitiva pelo crime de roubo, estando demonstrada, portanto, a necessidade de preservação da medida extrema.*

*2. Pedido de extensão indeferido. (PExt no RHC 72.840/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017.)*

No caso em tela, estando ambos os agentes em mesma situação fático-processual, – tanto que condenados às mesmas penas pelos mesmos delitos –, de rigor o deferimento do pleito de extensão.

Portanto, **defiro o pedido de extensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Após, colha-se o parecer do Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator